

## A ESCRITA DE POCOS E A ESCRITA DA MAIORIA, A IMPORTÂNCIA DA UNIVERSALIZAÇÃO DA NORMA CULTA.

Rizzardo Roderico <sup>1</sup>  
Maria Anailde <sup>2</sup>

### RESUMO

Este trabalho tem como premissa mostrar que a linguagem culta não faz parte do cotidiano dos brasileiros mais pobres e como objetivo revelar a importância do letramento linguístico das classes subalternas, para universalização da norma culta. A metodologia empregada será de pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa de cunho dedutivo, referenciada nos autores Bourdieu (1979), Sousa (2018), Marcuschi (2010) e outros. Em um mundo globalizado e pós-moderno, se faz necessário que a população de um país tenha pleno domínio de sua língua oficial. Contudo, nosso português tem suas variações de acordo com a região, classe social, nível de escolaridade, hierarquia institucional e grau de complexidade cultural. Isso acaba fazendo da norma culta uma variante linguística do português que é falada por uma menor parcela da população. Deste modo, muitos falam algo que é chamado de português coloquial e poucos demonstram ter o domínio concreto da variante culta. Neste contexto, mostrar a importância da universalização da norma culta da língua portuguesa é algo que deve ser trabalhado nas escolas. Pois, a maioria dos brasileiros não tem a capacidade compreender e decodificar corretamente as informações de jornais, livros, televisão, cartazes e outros gêneros textuais mais formais, acabando por não conseguir exercer sua cidadania pelo fato não possuir o letramento linguístico necessário, se tornando excluídos do processo decisório e participativo de sociedade.

**Palavras-chave:** Idioma. Língua. Universalização.

### INTRODUÇÃO

A língua portuguesa é um idioma rico e complexo, sua complexidade é tamanha, que é possível perceber falantes deste mesmo idioma não conseguindo se apropriar do está se tentando transmitir dentro do que é considerado como Língua Portuguesa brasileira. Os amantes da política e do Direito são os que mais presenciam discursos alegóricos que quase ninguém compreende, basta assistir TV Senado ou os discursos dos ministros do Supremo Tribunal Federal e perceberemos o quanto a variante culta pode ser de difícil compreensão para os que não possuem o letramento linguístico necessário para interpretar as falas requintadas destes usuários mais avançados do nosso português.

O elo comunicativo é o meio cultural necessário para uma nação e nos leva a seguinte reflexão, se as pessoas letradas muitas vezes com ensino superior não compreendem o que falam os ministros do Supremo, alguns senadores e deputados, imagine a maior parcela da

---

<sup>1</sup> Mestre em Sociologia CUEA- MG, rizzardo21@yahoo.com.br;

<sup>2</sup> Graduado em Letras pela da Universidade Potiguar - RN, anailde21@hotmail.com;

população que meramente usa um vocabulário mais coloquial, com certeza acabam interpretando aquilo que a mídia lhes repassa de maneira tendenciosa ou por meio de informações filtradas por amigos e colegas, não tendo possibilidade de chegar a uma boa capacidade crítica ou dedutiva.

Outro ponto importante é o preconceito linguístico que ocorre no meio social, desde os anos iniciais na escola até nas universidades gerando exclusão social, evasão escolar, violência e discriminações de todos os tipos. Pois, apesar de não ser algo tão levado a sério, a linguagem é fundamental e àqueles que não conseguem usar adequadamente sua língua nativa sofrem severos efeitos, a começar na dificuldade de conseguir emprego e se inserir dignamente na sociedade.

Neste contexto, o presente estudo tem como objetivo revelar a importância do letramento linguístico universal para universalização da norma culta. Nesse sentido, serão exemplificadas vivências sociais e sua ligação com a prática da língua portuguesa, bem como demonstradas diferenças, para que se possa chegar a uma dedução mais coerente e fundamentada no referencial teórico utilizado. A justificativa deste trabalho está na importância da universalização da norma culta, bem como da necessidade de políticas públicas que atuem no sentido de propiciar esta universalização.

## **METODOLOGIA**

A metodologia empregada neste trabalho será de pesquisa bibliográfica do tipo qualitativa com cunho dedutivo, referenciada nos estudos em autores como Bourdieu (1979), Sousa (2018), Marcuschi (2010) e outros. A discussão versará sobre as teorias de Pierre Bourdieu relativas à escola e a inaptidão para o aprendizado que as classes subalternas acabam tendo em virtude de não possuir o que o autor chama de “*capital cultural*”, nas discussões elencadas por Francisca Vilani de Sousa sobre a construção da oralidade e nas teorias de Marcuschi que define o letramento.

O primeiro tópico deste trabalho irá demonstrar os efeitos do capital cultural na construção da oralidade realizando um paralelo entre as teorias de Pierre Bourdieu e a construção da oralidade. O segundo tópico da discussão irá elencar as dificuldades para se atingir o letramento, e sua necessidade.

## DESENVOLVIMENTO

### Efeitos do capital cultural na construção da oralidade

Ao iniciarmos nossa discussão frente a premissa que trata dos efeitos do “*capital cultural*” na construção da oralidade, vamos compreender o que de fato vem a ser esta expressão na concepção de seu idealizador Pierre Bourdieu. Pois a apropriação destes conceitos possibilitará uma melhor reflexão sobre as diferenças sociais e seus efeitos nos hábitos dos indivíduos e sua reverberação na prática linguística.

O capital cultural pode existir sob três formas: no estado incorporado, ou seja, sob a forma de disposições duráveis do organismo; no estado objetivado, sob a forma de bens culturais - quadros, livros, dicionários, instrumentos, máquinas, que constituem indícios ou a realização de teorias ou de críticas dessas teorias, de problemáticas, etc.; e, enfim, no estado institucionalizado, forma de objetivação que é preciso colocar à parte porque, como se observa em relação ao certificado escolar, ela confere ao capital cultural - de que são, supostamente, a garantia - propriedades inteiramente originais. (BOURDIEU, 1979, p.02)

Os indivíduos possuem hábitos grupais e individuais, esses hábitos não totalmente opcionais em virtude dos valores que eles custam. O valor de um carro de luxo é superior a um popular, obras de arte custam mais caro que objetos similares, viagens ao exterior são mais caras que turismo interno. Tudo isso nos demonstra a explícita variação de hábitos entre uma classe social com um poder aquisitivo mais relevante e outra com uma renda mais discreta. Assim nos debruçamos em nossa abordagem sobre o “*Habitus*” e nas palavras de Bourdieu (1996):

Os *habitus* são princípios geradores de práticas distintas e distintivas – o que o operário como, e, sobretudo, sua maneira de comer, o esporte que pratica e sua maneira de praticá-lo, suas opiniões políticas e sua maneira de expressá-las diferem sistematicamente do consumo ou das atividades correspondentes do empresário industrial; mas são também esquemas classificatórios, princípios de classificação, princípios de visão e de divisão e gostos diferentes. (BOURDIEU, 1996, p.22)

Neste contexto, é notável que as classes nobres, também conhecidas como as classes capitalistas contam com aparelhos ideológicos do Estado que segundo Althusser (1980) operam no intuito de justificar a exploração das classes subalternas e a posição elevada da nobreza capitalista, fazendo uso de todas as medidas possíveis para confirmar sua legalidade e necessidade da expansão e acumulação de capital, desta forma:

Aquilo que é de responsabilidade do capital, como o fracasso escolar e profissional, por exemplo, a instituição consegue transferir para os próprios trabalhadores, via estudantes, fazendo-os assimilarem e interiorizarem como responsabilidade pessoal sua o destino, a pouca sorte, a posição social desfavorável e a falta de oportunidades sociais. A autocupabilidade enfraquece a luta de classes e nutre a falsa imagem da existência de oportunidades iguais para todos. (OLIVEIRA, 1996, pp. 76-77)

Em meio a esta discussão ficou bem claro as teorias dos autores no tocante aos objetivos capitalistas e as medidas estatais dentro do contexto educacional. Desse modo, adentrando na importância da universalização da norma culta e seu estímulo pelo Estado, iniciamos com o destaque a missão dos educadores em buscar esta inserção juntos aos seus alunos.

Os professores são os agentes que diretamente lidam e mediam a inserção linguística nos ambientes educacionais. A utilização de metodologias mais dinâmicas e participativas que propiciem aos alunos praticar nas mais variadas formas o idioma nativo é uma forma de emancipar esse indivíduo, Paro (2013). Isso permite que o mesmo possa ser capaz de se tornar ativo em meio à sociedade e ser capaz de galgar uma posição social mais digna. Pois, a escola não é um preparatório para o mercado trabalho elegido pelas classes capitalistas, ainda que a cultura pedagógica e curricular tenha essa visão, Arroyo (2014).

Para tanto, é através desta oralidade falada e escrita que o indivíduo poderá se expressar na sociedade e participar como cidadão, sendo capaz de compreender e ser compreendido nos diversos meios sociais. Trabalhar esta oralidade é incentivar o senso crítico, e diminuir as distâncias entre as classes sociais. Neste contexto, Souza (2018) diz o seguinte:

Há diferentes possibilidades em que a oralidade pode ser inserida na esfera educacional. Na construção de conhecimentos ou mesmo na forma de se expressar perante a sociedade, bem como no desenvolvimento de habilidades artísticas entre outras. A análise da oralidade na sala de aula torna-se, assim, uma contribuição social, permitindo também um incentivo ao senso crítico (SOUZA, 2018.p.6).

Assim, na prática de seu trabalho os professores devem reconhecer as necessidades de seus alunos relacionadas ao uso do idioma, dando importância às suas identidades culturais e levando em conta os lugares onde estão inseridos, para desse modo propor atividades que lhes possibilite o letramento linguístico.

### **Dificuldade para atingir o letramento, e sua necessidade.**

As dificuldades para atingir o letramento se originam de diversos fatores, falta de leitura, pouca variedade de gêneros textuais trabalhados na escola, dificuldades de aprendizado, conteúdos analíticos sem adequação à prática, e outros. Esta dificuldade, contudo, não ocorre sumariamente, mas, de uma maneira progressiva e Bourdieu (1979) destaca isso:

A exclusão das grandes massas não ocorre mais na passagem do primário para o ginásio, mas, progressivamente, insensivelmente, ao longo das primeiras séries do secundário ...pelo atraso ... repetição ... escolha de títulos desvalorizados." (BOURDIEU, 1979. p.173)

Usar adequadamente a língua é algo necessário e está relacionado diretamente com o aprendizado escolar, pois é fruto deste aprendizado. A escrita é considerada um bem cultural de prestígio. Assim, escrever bem não é apenas seguir normas da língua, mas utilizá-las para se atingir o efeito pretendido na comunicação. Marcuschi (2010) destaca que a utilização correta da língua irá possibilitar a transmissão correta da mensagem pretendida em determinada situação.

São os usos que fundam a língua e não o contrário, defende-se a tese de que falar ou escrever bem não é ser capaz de adequar-se às regras da língua, mas é usar adequadamente a língua para produzir um efeito de sentido pretendido numa dada situação (MARCUSCHI, 2010, p.9).

No meio social pessoas que são letradas, ou seja, possuem a capacidade de utilizar a língua nos seus mais variados contextos, conseguem ler e escrever bem, sendo capazes de se inserir no contexto das práticas sociais utilizando a leitura e a escrita de maneira correta. Soares (1998, p.58) enfatiza que “o nível de letramento de grupos sociais relaciona-se fundamentalmente com as suas práticas sócias”, deixando claro que as teorias de Pierre Bourdieu têm aplicabilidade nesse contexto. O aluno é um fruto do meio social que está inserido. Marcuschi (2010) mostra que a cultura e o letramento destes alunos precisam ser respeitados.

Quanto à presença da escrita, pode-se dizer que, mesmo criada pelo engenho humano tardiamente em relação ao surgimento da oralidade, ela permeia hoje quase todas as práticas sociais dos povos em que penetrou. Até mesmo os analfabetos estão sob a influência do que contemporaneamente se convencionou chamar de práticas de letramento, isto é, um tipo de processo histórico e social que não se confunde com a realidade representada pela alfabetização regular e institucional lembrada há pouco. (MARCUSCHI, 2010, p.19).

Deste modo, é possível perceber que a utilização da norma culta varia de acordo com cada nível social, pois conforme percebemos sua utilização não ocorre igualmente em todos os níveis da sociedade. Deste modo, é notória a utilização de gêneros textuais de uma maneira mais acentuada nas profissões relacionadas à docência, gestão, advocacia e escritórios, ao contrário do que ocorre, por exemplo, com os trabalhadores braçais, auxiliares de serviço gerais e outros, que em sua rotina diária se deparam com afazeres predominantemente práticos. Entretanto, o que tem que haver é o uso adequado do idioma de forma clara e objetiva, Antunes (2007) enfatiza:

[...] A norma culta não deve ser endeusada, absolutizada, como um recurso suficiente ao sucesso de interação, nem tampouco ser rechaçada, como algo que se deve evitar para não parecer pernóstico, por exemplo. Deve, sim, ser usada, adequadamente, quando a situação o exigir. É uma opção; que está disponível. (ANTUNES, 2007, p.104).

### **Estratégias metodológicas para aquisição do letramento linguístico**

As tecnologias fazem que os alunos sejam expostos ao contato com diversas situações que acabam lhes possibilitando a aquisição de diversos tipos de conhecimentos inerentes ao letramento. O educador deve em suas aulas envolver os alunos com a leitura escrita em diferentes contextos para que estes alunos interajam com diferentes gêneros textuais e possam aprender desde o início de sua formação escolar a interagir com a norma culta da língua portuguesa, Brasil (1998).

A experiência com textos variados e de diferentes gêneros é fundamental para a constituição do ambiente de letramento, a seleção do material escrito, portanto, deve estar guiada pela necessidade de iniciar as crianças no contato com diversos textos e de facilitar a observação de práticas sociais de leitura e escrita nas quais suas diferentes funções e características sejam consideradas. Nesse sentido, os textos de literatura geral e infantil, jornais, revistas, textos publicitários, entre outros, são os modelos que se podem oferecer as crianças para que aprendam sobre a linguagem que se usa para escrever. (BRASIL, 1998, p. 151-152).

A inclusão da família é um fator de grande relevância para o processo do letramento, pois a aquisição de novas competências passará pela prática linguística nos mais variados contextos e a família pode ajudar neste processo, estimulando a prática de leitura e escrita, participando das reuniões escolares e valorizando a participação dos neófitos nas atividades escolares e extraclasse, neste contexto (TRAVAGLIA, 2013) afirma:

Embora o processo de alfabetização, tal como definido aqui, seja finito, parece que o processo de letramento nunca termina, já que envolve desenvolver a competência de uso dos mais diferentes recursos da língua e sua contribuição para a significação dos textos, bem como desenvolver a competência de uso dos mais diferentes gêneros de texto em situações específicas de interação comunicativa, o que representa as práticas sociais de uso da linguagem. (TRAVAGLIA, 2013, p. 11)

Assim, não se trata de um método específico, mas do envolvimento do professor e aluno, bem como dos que participam do círculo social dos neófitos com o idioma e seus diversos modos de utilização, dos mais coloquiais aos mais formais. Dessa forma, haverá um contexto propício para que ocorra a formação aquisição do letramento e de habilidades linguísticas mais apuradas que são características dos cidadãos considerados letrados.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O autor Bourdieu (1996) demonstrou que o “*habitus*” faz com que o indivíduo tenha predisposição a modelos culturais específicos ao seu modo de vida, de forma que o letramento é uma característica mais perpetuada pelas classes que priorizam a utilização da escrita para suas vidas. Devemos levar em conta que a escrita é algo de prestígio e inerente as classes nobres desde a antiguidade, e seu valor para a classes subalternas não é tão importante como seus modelos de vida, pois os modelos culturais das classes subalternas envolvem outras atividades como de maior prioridade.

Entretanto, devemos ser coerentes, e perceber que há um interesse, por mais ofuscado que esteja em alguns momentos, das classes subalternas não adquirir o domínio da escrita, oralidade, senso crítico e consciência de seus deveres como cidadãos. Isso se revela, quando observamos o desprestígio dos professores, que nos países desenvolvidos são tão valorizados quanto o judiciário, médicos e políticos, mas aqui no Brasil não possuem o respeito que merecem, chegando a ser culpados pela desigualdade social que vitima seus alunos.

Desse modo, não podemos fugir da premissa que a institucionalização da educação brasileira não serviu apenas para a transmissão dos saberes de forma organizada e científica, mas, para conservar e reproduzir os interesses capitalistas. É necessário destacar aqui que a escola não é apenas uma elaboração conveniente ao capitalismo, mas do modo está inserida em meio a um contexto político e ideológico dominado por classes nobres se dirige a responder os anseios sociais originários desta classe, conforme menciona Paro (2013).

Portanto, referenciado nas palavras de Marcuschi (2010), encerro a discussão afirmando que deve haver respeito ao nível cultural dos indivíduos, sendo um dever da escola oferecer oportunidade para o letramento dos alunos oriundos das classes sociais pobres. Devendo haver a conscientização e o incentivo à busca de uma vida digna, que devem ser estimulados e revelados através das possibilidades de utilização dos diversos gêneros textuais que existem, tornando as práticas educativas mais eficazes com um uso mais intenso da oralidade e da escrita.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Existe uma profunda desigualdade social no Brasil, seus efeitos são visíveis em todos meios sociais, de modo que a não universalização da norma culta é um efeito desta desigualdade nas camadas mais pobres. Pois os costumes, as necessidades e as condições financeiras são diferentes de acordo com as classes sociais.

Neste contexto, percebeu-se que as classes menos favorecidas devem ser estimuladas para que entrem em contato com o uso da língua nos mais variados contextos. Assim, cabe a instituições educacionais reconhecer a necessidade da utilização norma culta do nosso idioma, bem como universalizar a norma culta da língua portuguesa, fazendo com que ocorra a emancipação das classes pobres por meio do letramento.

Contudo, devemos observar que uma boa parcela da população necessita aprender a usar basicamente a língua portuguesa na forma oral e escrita, demonstrando que a universalização da norma culta ainda é algo pretense, que deve ser sonhado e trabalhado mediante políticas públicas de incentivo ao seu uso, mas de imediato o letramento linguístico é um objetivo que deve ser priorizado e trabalhado nos mais variados níveis educacionais por se configurar em um passo indispensável e necessário para conseguirmos a universalização do uso formal da língua portuguesa.

Assim, concluo este trabalho fundamentado na discussão e referencial teórico citado com a percepção que as classes pobres têm sua exclusão social acentuada pela ausência de domínio da norma culta. Pois, acabam muitas vezes muitas vezes sem compreender o que lhes é transmitido, se tornando excluídos de diálogos políticos, educacionais e filosóficos. Deste modo, acabam sem ter possibilidades de buscar uma vida digna e mais justa.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, I. **Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

ARROYO. **Outros sujeitos, outras pedagogias**, 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: Sobre a teoria da ação**: Tradução: Mariza Correa, Campinas, SP: Papyrus. 1996.

\_\_\_\_\_. Pierre. **La distinction: critique sociale du jugement**. Paris: Minuit, 1979.

BRASIL. **Ministério da Educação e do Desporto. Secretária de Educação Fundamental. Departamento da Educação Fundamental. Coordenação Geral de Educação Infantil. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil: Conhecimento de Mundo**. Brasília, 1998. V. 3, p. 151-152.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização**. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

OLIVEIRA, José cordeiro de. **Educação política e alienação das classes trabalhadoras: um estudo a partir das Histórias de Trancoso**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996.

PARO, V. H. (Org.). **A Teoria do Valor em Marx e a Educação**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SOARES, Magda Becker. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo horizonte: Autêntica, 1998.

SOUZA, V. **Construção de identidade e formação docente: um diálogo com a prática de ensino e o estágio supervisionado**. Tese de Doutorado em Ciências da Educação. Universidade Internacional, Três Fronteiras. Assunção/PY. 2018.

SOUZA, V. **Oralidade e escrita como práticas comunicativas em diferentes contextos e usos sociais**. Natal: UERN, 2018.

TRAVAGLIA, L. C. **Na trilha da gramática: conhecimento linguístico na alfabetização e letramento**. São Paulo: Cortez, 2013. (Coleção biblioteca básica de alfabetização e letramento).